

ADEMIR APARECIDO RIBEIRO DOCERIA

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DO PLANO DE
RECUPERAÇÃO JUDICIAL ADITIVO**



CONTATO

CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP: 80530-000

MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968
Av. João Paulino Vieira Filho, 625, Sala 906
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP: 87020-015

SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP: 01310-000

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BASTOS – ESTADO DE SÃO PAULO

Dr. Arthur Lutiheri Baptista Nespoli

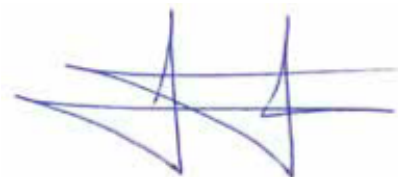
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório de Análise de Aditivo do Plano de Recuperação Judicial, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “h”, da Lei 11.101/2005.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como no Plano de Recuperação Judicial e anexos apresentados nos autos pela Recuperanda.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao Juízo, aos credores e demais as disposições do Plano de Recuperação Judicial aditivo apresentado pela Recuperanda, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no **Processo nº 1001190-70.2020.8.26.0069** e no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 13 de agosto de 2021.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES

OAB/PR nº 65.066

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	6
3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES	10
4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS	13
5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005	15
6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005	17
GLOSSÁRIO	19

1. SUMÁRIO EXECUTIVO



Sumário Executivo

ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
Síntese do PRJ	O PRJ Aditivo foi apresentado tempestivamente pela Recuperanda, às fls. 988-1001, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais, e adesão a forma de pagamento do PRJ pelos credores extraconcursais
Condições de Pagamento de Credores	O PRJ aditivo apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua cláusula de número 8, estabelecendo carência para início dos pagamentos, e deságio para os credores da Classe II e Classe III de 30% e Classe IV de 10%. Importante destacar que não foram criadas subclasses no PRJ em análise
Alienação de Ativos	O PRJ estabelece em sua cláusula de número 9 a possibilidade da Recuperanda alienar quaisquer bens de seu ativo permanente, dispondo na mesma oportunidade que o montante obtido com tais alienações será destinado ao pagamento de credores e reforço no capital de giro.
Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005	Após análise do PRJ Aditivo apresentado pela Recuperanda, não foram identificadas por esta Administradora Judicial cláusulas contrárias às disposições da Lei 11.101/2005.
Condutas Previstas pelo art. 64 da Lei 11.101/2005	No plano de recuperação judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005

2. SÍNTESE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ADITIVO
- 2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO
- 2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO
- 2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO
- 2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES
- 2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- 2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS



Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ Aditivo foi apresentado tempestivamente pela Recuperanda, às fls. 988-1001, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais, e adesão a forma de pagamento do PRJ pelos credores extraconcursais.

2.1 TEMPESTIVIDADE DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL ADITIVO

Consoante prevê a redação do artigo 53 da Lei 11.101/2005, a Recuperanda possui o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar em Juízo seu Plano de Recuperação Judicial, a contar da publicação da decisão que defere o processamento da Recuperação Judicial.

In casu, extrai-se dos autos recuperacionais que a decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial foi publicada no DJ-e do TJ-SP no dia 14 de outubro de 2020 (veiculado em 13 de outubro de 2020), razão pela qual se têm como prazo fatal para o cumprimento de tal determinação exarada pela Lei 11.101/2005, a data de 14 de dezembro de 2020.

Compulsando os autos, extrai-se que a Recuperanda apresentou seu Plano de Recuperação Judicial em 11 de dezembro de 2020, às fls. 656-718 dos autos, restando, portanto, **TEMPESTIVO** tal ato, consoante fundamentação supra.

Ocorre que, diferente do plano de recuperação judicial originário, o aditivo não possui um prazo rígido quando ao momento de sua apresentação, tendo em vista que a alteração do PRJ pode ocorrer inclusive no decorrer da AGC, sendo apresentado pela Recuperanda em 05/08/2021 às fls. 988-1001 dos autos.

2.2 RESUMO DO LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO E LAUDO DE AVALIAÇÃO

No momento da apresentação do plano de recuperação judicial aditivo não foi apresentado Laudo Econômico-Financeiro, tampouco Laudo de Avaliação, motivo pelo qual entende-se que as informações outrora indicadas no relatório às fls. 835-859, permanecem hígidas.

2.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO

A Recuperanda apresentou no item 5.1 do PRJ Aditivo, os meios de recuperação que pretende adotar visando o soerguimento da empresa, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da Lei 11.101/2005. Segue uma síntese dos referidos meios:

- I – Concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas;
- II – Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente;
- III – Alteração do controle societário;
- IV – Substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos;
- V – Concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar;
- VI – Aumento de capital social;
- VII – Trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados;
- VIII – Redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva;
- IX – Dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;

Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ Aditivo foi apresentado tempestivamente pela Recuperanda, às fls. 988-1001, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais, e adesão a forma de pagamento do PRJ pelos credores extraconcursais.

X – Constituição de sociedade de credores;

XI – Venda parcial dos bens;

XII – Equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica;

XIII – Usufruto da empresa;

XIV – Administração compartilhada;

XV – Emissão de valores mobiliários;

XVI – Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor.

Além das medidas elencadas alhures, a Recuperanda prevê a possibilidade de análise de eventuais propostas de venda da atividade empresarial e/ou participação societária, como por exemplo via criação de UPI, bem como prevê a possibilidade de obtenção de recursos por meio do *DIP Financing*.

2.4 MEDIDAS ADOTADAS PARA RECUPERAÇÃO DO NEGÓCIO

Em sede de Aditivo ao Plano de Recuperação judicial não foram apresentadas novas medidas para recuperação do negócio, motivo pelo entende-se que as informações outrora indicadas no relatório às fls. 835-859, permanecem hígidas.

2.5 RESERVA DE CONTINGÊNCIA PARA PAGAMENTO DE CREDORES SUJEITOS AINDA NÃO CONTEMPLADOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES

O Plano de Recuperação Judicial bem como seu Aditivo apresentados pela Recuperanda não preveem contingência para pagamento de credores ainda não arrolados na Relação Nominal de Credores, se limitando tão somente a estabelecer propostas de pagamento aos credores já arrolados na referida relação.

2.6 MEIOS DE SATISFAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS E DEMAIS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da apresentação do plano de recuperação judicial aditivo não foram apresentados novos meios de satisfação dos créditos fiscais e demais créditos não sujeitos à Recuperação Judicial, motivo pelo qual entende-se que aqueles outrora indicados no relatório às fls. 835-859, permanecem hígidos.

Síntese do Plano de Recuperação Judicial

O PRJ Aditivo foi apresentado tempestivamente pela Recuperanda, às fls. 988-1001, o qual dispõe sobre os meios de recuperação pretendidos pela Recuperanda, os possíveis cenários de soerguimento da atividade, as propostas de pagamento dos credores concursais, e adesão a forma de pagamento do PRJ pelos credores extraconcursais.

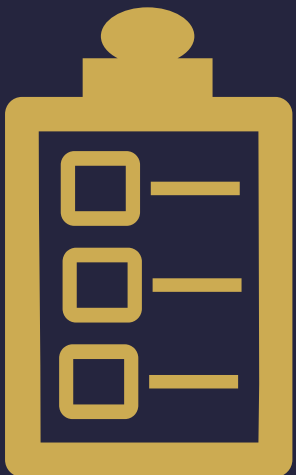
2.7 PROPOSTA DE EXTINÇÃO DE GARANTIAS

No momento da apresentação do plano de recuperação judicial aditivo não houve modificação da previsão anteriormente apresentada no PRJ originário em relação as garantias de terceiros, motivo pelo entende-se que aquelas mencionadas no relatório às fls. 835-859, permanecem híidas.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DE CREDORES

3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

3.2 CREDORES COLABORADORES E SUBCLASSES



Condições de Pagamento de Credores

O PRJ aditivo apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua cláusula de número 8, estabelecendo carência para início dos pagamentos, e deságio para os credores da Classe II e Classe III de 30% e Classe IV de 10%. Importante destacar que não foram criadas subclasses no PRJ em análise.

3.1 FORMA DE PAGAMENTO POR CLASSE

Consoante ao Aditivo do Plano de Recuperação Judicial apresentado às fls. 988-1001 dos autos, apresenta-se na sequência síntese da forma de pagamento proposta pela Recuperanda, constante em sua cláusula 8, por classe de credores:

Classe	Opção	Parcela Inicial	Carência (exceto a Parcela Inicial)	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	Valores até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial, em até 30 (trinta) dias da decisão que homologar o PRJ. Os demais créditos trabalhistas serão pagos em até 1 (um) ano da decisão que homologar o PRJ.	Até 30 (trinta dias) para os valores estritamente salariais vencidos em até 3 (três) meses antes do pedido de RJ. Em até 1 (um) ano os valores que excederem os demais.	Em 30 (trinta) dias os valores correspondentes a até 5 (cinco) salários mínimos vencidos antes do pedido de recuperação judicial e o restante em até 1 (um) ano os valores excedentes com termo inicial da decisão que homologar o plano de recuperação judicial	Taxa Selic	-
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	10º (décimo) dia útil do 13º mês a contar da aprovação do PRJ em AGC.	12 (doze) meses a contar da aprovação do PRJ em AGC.	96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas	TR + 0,5% (meio por cento) ao ano a incidir da distribuição do pedido de recuperação judicial	30 % (trinta por cento)
Classe III Créditos Quirografários	-	10º (décimo) dia útil do 13º mês a contar da aprovação do PRJ em AGC.	12 (doze) meses a contar da aprovação do PRJ em AGC.	96 (noventa e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas	TR + 0,5% (meio por cento) ao ano a incidir da distribuição do pedido de recuperação judicial	30 % (trinta por cento)

Figura 1 - Demonstrativo de Resultado - Projetado – Laudo Econômico e Financeiro (Anexo IV)

Condições de Pagamento de Credores

O PRJ aditivo apresentado dispõe sobre as formas de pagamento dos credores concursais em sua cláusula de número 8, estabelecendo carência para início dos pagamentos, e deságio para os credores da Classe II e Classe III de 30% e Classe IV de 10%. Importante destacar que não foram criadas subclasses no PRJ em análise.

Classe IV Créditos ME / EPP	-	Até 1 (um) ano	Até 1 (um) ano a contar da decisão que homologar o PRJ.	Até 1 (um ano)	TR + 2% (dois por cento) ao ano a incidir da distribuição do pedido de recuperação judicial	10 % (dez por cento)
-----------------------------------	---	----------------	---	----------------	---	----------------------------

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Aditivo fls. 988-1001)

Em análise comparativa entre o PRJ originário e o PRJ aditivo, constata-se que houve alteração nas condições de pagamento nas Classes II – Créditos com Garantia Real e Classe III – Créditos Quirografários.

3.2 CREDORES COLABORADORES E SUBCLASSES

No presente caso, inexistente previsão de subclasses ou credores colaboradores no Plano de Recuperação Judicial apresentado pela empresa Recuperanda.

4. ALIENAÇÃO DE ATIVOS

4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO



Alienação de Ativos

O PRJ estabelece em sua cláusula de número 9 a possibilidade da Recuperanda alienar quaisquer bens de seu ativo permanente, dispondo na mesma oportunidade que o montante obtido com tais alienações será destinado ao pagamento de credores e reforço no capital de giro.

4.1 RELAÇÃO DE BENS INDICADOS PARA VENDA

No momento da apresentação do plano de recuperação judicial aditivo não houve modificação da previsão anteriormente apresentada no PRJ originário em relação a alienação de ativos, motivo pelo entende-se que aqueles mencionadas no relatório às fls. 835-859, permanecem hígidos.

4.2 FORMA DE ALIENAÇÃO E DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Na hipótese de alienações, o PRJ em sua cláusula 9.2 estabelece que o produto da venda de ativos poderá ter duas destinações, a critério da Recuperanda, sendo estes:

- a) Pagamento de Credores;
- b) Reforço de Capital de Giro

Em tempo, importante mencionar que a referida cláusula estabelece que as alienações serão feitas na forma dos artigos 60 e 142, ambos da Lei 11.101/2005 e que também será observado o valor de 51% (cinquenta e um por cento) da avaliação para eventual alienação.

5. INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONFLITANTES COM A LEI 11.101/2005

5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI
11.101/2005

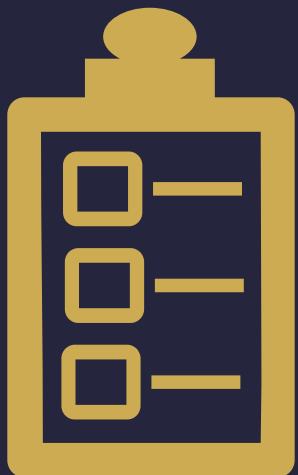


Indicação de Cláusulas Conflitantes com a Lei 11.101/2005

Após análise do PRJ Aditivo apresentado pela Recuperanda, não foram identificadas por esta Administradora Judicial cláusulas contrárias às disposições da Lei 11.101/2005.

5.1 INDICAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRÁRIAS E QUE NÃO GUARDAM RESPALDO À LEI 11.101/2005

Em análise ao Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Recuperanda, não foram identificadas por esta Administradora Judicial cláusulas em atrito às disposições expressas e axiológicas da Lei 11.101/2005.



6. CONDUTAS PREVISTAS PELO ART. 64 DA LEI 11.101/2005

**Condutas Previstas pelo
Art. 64 da Lei 11.101/2005**

No plano de recuperação judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.

No Plano de Recuperação Judicial em análise não foram identificadas eventuais disposições em desarmonia a redação do artigo 64 da Lei 11.101/2005.

GLOSSÁRIO



Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores
AI – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
ED – Embargos de Declaração
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. - Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
RJ – Recuperação Judicial
Rel. – Relator (a)
Recuperanda – Ademir Aparecido Ribeiro Doceria - ME
Resp – Recurso Especial
RMA – Relatório Mensal de Atividades
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
PRJ – Plano de Recuperação Judicial



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 / (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 / (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 / (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

   /marquesadmjudicial